

NOTA AOS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

ASSUNTO: DESCENTRALIZAÇÃO

DATA: 14 de março de 2018

ANMP CONSIDERA DESCENTRALIZAÇÃO PRIORIDADE NACIONAL E QUER CONTINUAR AS NEGOCIAÇÕES COM O GOVERNO

A Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) analisou, durante todo o dia de ontem, no seu Conselho Diretivo, as novas versões dos 21 decretos lei setoriais relativos à transferência de competências da Administração Central para a Administração Local e consensualizou posições relativamente a 7 desses diplomas.

Na sequência desta reunião, a ANMP decidiu solicitar, ao Governo, reuniões imediatas, com os grupos de trabalho das diversas áreas a descentralizar para as Autarquias, nomeadamente as áreas da Saúde, da Educação e do Mar, para que o processo de DESCENTRALIZAÇÃO avance rapidamente e possa ser aprovado ainda nesta Sessão Legislativa.

A Associação considera que é imprescindível prosseguir a negociação contínua com o Governo quanto aos diplomas (14) não consensualizados no seu Conselho Diretivo, cujos temas são, entre outros, a *Cultura; a Proteção, Saúde Animal e Segurança Alimentares; as Vias de Comunicação; o Património; as Estruturas de Atendimento ao Cidadão; a Justiça; a Habitação; a Educação; a Saúde; o Apoio Social; a Lei das Finanças Locais; a Avaliação de Imóveis; o Transporte Regular de Passageiros; e a Proteção Civil.*

No entendimento da ANMP, o processo de DESCENTRALIZAÇÃO tem de avançar, com celeridade, com os meios humanos, técnicos e financeiros necessários, porque a

DESCENTRALIZAÇÃO de competências do Estado Central para o Estado Local será determinante para a construção de um País que, apesar da diversidade territorial e cultural, tem de ter igualdade de oportunidades para todos os cidadãos.

É por ter esse entendimento que a ANMP está determinada a continuar, juntamente com o Governo, este processo de aproximação dos centros de decisão aos cidadãos que são servidos pelas Autarquias Locais, de acordo com os princípios constitucionais da descentralização, da subsidiariedade e da autonomia do Poder Local democrático, e no quadro de um País coeso territorialmente, solidário humanamente, e onde não existam cidadãos de primeira e cidadãos de segunda, onde todos tenham, efetivamente, deveres e direitos iguais perante a República.

Em anexo, juntamos um documento com o ponto da situação atual dos projetos de decretos lei setoriais, cuja negociação prossegue entre a ANMP e o Governo.